

APERFEIÇOAMENTO

Elementos de estudos desprezados

Oswaldo Fettermann.

NUMA das reuniões de estudos, que sistemática e periodicamente a então Divisão de Aperfeiçoamento promovida sobre assuntos de gerência de pessoal (*) precisamente na realizada aos 11 dias de março de 1943, arrostando os prejuízos dominantes, as opiniões preconcebidas, tomamos para objeto da palestra o tema: Os problemas de administração na "Canaan".

A escolha foi rigidamente combatida. Para alguns dos opugnadores o assunto não se enquadrava no programa traçado e, conseqüentemente, fugia às finalidades daquelas discussões em grupo. Outros não compreendiam como havéssemos ido buscar o motivo de nossa palestra num romance e, principalmente, em nossa literatura, ao invés de o procurar numa obra especializada, num desses citadíssimos compêndios e tratados norte-americanos sobre administração, tão em voga entre a nova geração de estudiosos, mas de escassíssima utilidade na solução de nossos problemas, seja por má adaptação de suas preciosas lições às nossas coisas, seja por defeituosa assimilação por quem os so-
brace.

Não foi sem certa relutância que a coordenadora daquelas tertúlias assentiu ao propósito, que tínhamos, de dizer alguma coisa desse famoso romance que é a Canaan, uma das obras-primas da literatura brasileira, senão de ambas as literaturas de língua portuguesa. Ela não se opunha, em princípio, a que comentássemos o livro, mas nos advertia, cautelosa, do risco de virem tais reuniões de estudos sofrer apreciações desagradáveis ou críticas acerbas em virtude do objeto de nossa escolha.

Para a demovermos, inteiramo-la de nosso propósito, explicando que não pretendíamos fazer crítica literária acerca desse livro, mas apontar e analisar os problemas de interesse geral, que Graça Aranha, com largo descortino, expõe e discute nesse seu festejado romance.

Dissemos-lhe, ainda, que com essa análise tentávamos demonstrar a improcedência da crítica que ouvimos no tocante à organização da biblioteca da referida Divisão de Aperfeiçoamento.

Não afirmaremos que as nossas palavras a tenham convencido, mas o certo é que anuiu ao nosso desejo, embora sob a condição de darmos aos comentários título que, por si só, bastasse para afastar qualquer observação apressada ou ferina.

Em sua anuência não vimos nenhuma vitória nossa, mas simplesmente a solução de um espírito educado que sabe aquilatar o valor de um livro do tomo da Canaan.

De fato, esse consagrado romance, escrito por Graça Aranha em 1902, em Londres, onde servia ao Brasil, avulta não apenas como o primeiro romance nacional com tendências acentuadamente socialistas, mas, ainda, como uma das mais lídimas expressões da cultura brasileira. Em um estilo elegante e vigoroso, estuda caracteres, apresenta e examina, com grande agudeza de espírito, problemas de administração, questões econômicas, conflitos raciais, competições políticas e uma série de fatos a que o administrador contemporâneo se não pode mostrar alheio ou indiferente.

Ora, um livro com tais predicados não dissona dos fins daquela biblioteca, mas, ao contrário, contribui para a consecução dos seus objetivos: o aperfeiçoamento do pessoal. De mais, o próprio bom-senso repele o raciocínio singular dos que aceitam a inclusão do livro nas estantes da biblioteca, mas lhe regateiam, lhe ratinham as qualidades próprias para ser comentado naquelas reuniões de estudos. Os que assim raciocinam esquecem o ilogismo em que incorrem, pois se o livro não merece ser examinado em tais discussões em grupo com mais forte razão não deve ser incorporado na biblioteca, uma vez que essa não é nem deve ser repocitório de coisas inúteis.

O livro presta. O que sucedeu, no caso, foi o reflexo desses inúmeros preconceitos a que estamos escravizados. Havia, e ainda há, quem honesta e sinceramente pensava que só nos livros ou tratados de administração ou nas universidades é possível aprender algo de útil relativamente às coisas públicas. Não partilhamos esse modo de ver e, sem nenhum desdouro, confessamos, alto e bom som, que muita coisa proveitosa temos aprendido em outras fontes que não aquelas e até em simples almanaques, cuja ciência, no dizer irônico de Eça de Queiroz, "excede no engenho a Ciência das Escolas" (Notas Contemporâneas, 2.^a ed., pág. 599). O que urge, portanto, nesse terreno, é saber escolher, é distinguir o trigo do joio. Não devemos, a priori, ou, em rápido exame, negar às obras literárias as qualidades excelentes que possuem como meio educativo, pois, quando carecessem de outros méritos, pela forma, pelo estilo podem impor-se. Quem, por exemplo, quiser realizar estudos honestos acerca da literatura infantil na língua portuguesa, deverá forçosamente recorrer às esplêndidas páginas de *Cartas de Inglaterra*, em que aquele insigne escritor lusitano focaliza com mestria o problema (página 55 a 61, na 2.^a ed.).

(*) Dessas reuniões de estudos nos ocupamos, com maior desenvolvimento, no artigo: As reuniões de estudos da antiga Divisão de Aperfeiçoamento estampado nesta Revista no número de maio e junho de 1948, págs. 147 a 153.

Não se argumente que as letras não se prestam para tal gênero estudos, uma vez que nelas vamos lidar apenas com ficções, com personagens irreais ou com situações falsas ou preparadas adrede para certos efeitos. Não nos impressiona a objeção, porque existem livros de viagem e obras não especializadas, onde, amiúde, surgem indivíduos ou se nos deparamos flagrantes, que, observados cuidadosamente, nos revelarão fatos e coisas de cuja existência não suspeitamos. Não nos impressiona, ainda, o argumento, porque, ao lado daquelas ficções daqueles personagens ou daquelas situações, há aspectos, há quadros ou há tipos que nada mais são que cópias fotográficas do natural.

Nos escritores nordestinos, por exemplo, topamos freqüentemente com a reterência a um dos mais alarmantes problemas de administração de pessoal: a inconstância no emprego, a emigração do trabalhador em busca de salário menos miserável. Aliás êsse fato, que ilusoriamente nos dá a impressão de ser um fenômeno regional, se observa, também, em outras zonas do Brasil e outros países, embora nem sempre com o aspecto inquietante como se apresenta naquele recanto brasileiro, onde se sente que resulta não só da política de baixíssimos salários, mas, também, das falhas e deficiências da formação profissional de grande massa dos nossos trabalhadores. É verdade que muitas vezes essa mudança de emprego, transitória ou definitiva, ou essa trasladação do trabalhador, não provém de tal política de salários vis, mas de outros fatores, que, não obstante, guardam certa relação com a pecúnia. Está nesse caso a ocorrência de que Justino de Montalvão nos dá notícia na seguinte passagem:

“Nenhum povo mais prático, no fundo, do que êstes bonacheiros de suíços. O cocheiro que nos vai buscar à estação é um relojoeiro. O guia que nos acompanha ao cume do Riggghi ou do Jungfrau é tanoeiro. A criada que nos serve à mesa é na estação morta a professora da aldeia. Estas transições temporárias de profissões são normais. O que importa é amealhar cada qual o seu pé-de-meia bem provido” (Itália coroada de rosas, Livr. Garnier, 1917, pag. 7).

Se, entanto, êsses aspectos não se afiguram convincentes aos opugnadores do aproveitamento de certos trabalhos literários como fontes de estudos, aqui temos aos olhos êste instantâneo tomado à vida real por Roquete-Pinto no interior do Brasil:

“Perdido o Etrúria, seria forçado a esperar cerca de 15 dias por outro barco. Surgiu uma dificuldade. O guarda da alfândega, embarcado no Ladário, não quis permitir a retirada dos meus volumes marcados: “Museu Nacional”.

“Museu Nacional”! Marca suspeita! O digno funcionário não tinha a mínima noção do que fôsse um Museu. Quanto mais lho explicava, tanto mais êle descreia...

Era meio-dia. O Etrúria deveria partir à bôca da noite; o guarda zeloso pediu a opinião de outros, e todos, na mais santa ingenuidade, resolveram a suspeição daquela minha tralhoadá” (Ron-

dônia, ed. da Comp. Edit. Nacional, São Paulo, 4.^a ed., pag. 81).

Ora, a Canaan é excelente sob tal aspecto e, lendo-a, não só estaremos em contato com um livro bem escrito, mas teremos a nossa atenção solicitada, senão prêsá, a um rol de problemas que, conquanto nacionais, nos passariam despercebidos no torvelinho da vida moderna.

O título de nossos comentários e o tempo reservado para êles não permitiram que expuséssemos, analisássemos e discutíssemos todos êsses problemas. Cingimo-nos, por isso, naquela reunião de estudos, a apontar os que podiam enquadrar-se no setor da administração pública, ou os que, pela sua natureza ou repercussão, a ela pudessem interessar.

A Canaan, como dissemos atrás, é um romance de tendências socialistas, cuja ação se desenvolve entre imigrantes tedescos no Estado do Espírito Santo, na região compreendida entre o rio Santa Maria e o rio Doce, nas cercanias da cidade de Vitória. Não é de estranhar, por conseguinte, que os seus principais personagens sejam alemães ou descendentes dêsses, ao lado dos quais vamos encontrar um punhado de brasileiros, que, pelo temperamento, pela cultura, pelos caracteres, pelo espírito público ou pela ação, não formam um grupo homogêneo, ainda quando integrado de indivíduos com a mesma educação universitária, como ocorre com os Drs. Brederodes, Sousa, Itapecurú e Paulo Maciel.

Tais contrastes, aliás, não constituem característica particular de nosso povo, pois vamos encontrá-los, igualmente, entre os elementos alienígenas, como se observa através do romance. Lentz e Milkau, por exemplo, são alemães e, embora egressos de duas famosas universidades de sua pátria, representam dois estádios da ação e do pensamento germânicos.

O primeiro é o protótipo do jovem alemão brufificado pelo social-nacionalismo e um desajustado no mister a que a contingência da vida e a sua indecisão o levaram. É, em suma, exemplo de um dêsses inúmeros imigrantes que aqui são recebidos amistosamente, mas que não se identificam com os nossos costumes, e permanecem, por isso mesmo, eternamente estranhos ao meio em que vivem.

O segundo é culto, equilibrado e se acha perfeitamente integrado na profissão a que espontaneamente veio dedicar-se no Brasil. As cousas de nosso País não lhe são indiferentes e captam-lhe a atenção e o carinho de homem educado. Ouçamo-lo, por exemplo, a respeito das “tradições do velho Brasil”:

“... E foi uma grande viagem para mim... São João del Rei é uma impressão única...

.....

Há casas ali que deviam ser zeladas como reliquias das melhores páginas da história de uma nação; por elas passaram mártires, nelas viveram sonhadores, e os habitantes do lugar ainda sabem ler nas paredes dessas casas conservadas, e povoadas dos restos de outrora, a poesia da liberdade e da grandeza de todo o País.

.....

Dou-me por muito feliz em ter ido a tempo de ver tudo isto, porque não muito longe êsse conjunto de poesia, de tradição nacional, vai acabar. Na verdade, é com magoa que sinto estar prestes o desmornamento daquela cidade circundada de colônias estrangeiras, que a estreitam lentamente até um dia a vencer e transformar sem piedade" (págs. 37, 41 e 42, na 6.^a edição).

Suas sugestões não caíram em terra sáfara e, quais sementes que guardam durante anos o poder de germinar, elas, três décadas depois, brotaram aqui e acolá em nobres e patrióticas medidas tendentes a salvaguardar o patrimônio histórico e artístico nacional. Assim, em 12 de julho de 1933, o Governo Provisório baixá o decreto n.º 22.928, que erige a velha cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional. E a essa primeira providência segue, quase quatro anos depois, outra de maior alcance: a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo artigo 46 da lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do referido patrimônio. E' o ponto de partida de muitas outras, dentre as quais, a título de ilustração, lembraremos:

I — O decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

II — O decreto-lei n.º 965, de 20 de dezembro de 1938, que cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto;

III — O decreto-lei n.º 2.077, de 8 de março de 1940, que cria, em Miguel, no Município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, o Museu das Missões, com o objetivo de reunir e conservar as obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões Orientais, fundados pela Companhia de Jesus naquela região do País;

IV — O decreto-lei n.º 2.096, de 29 de março de 1940, que cria, na cidade de Petrópolis, o Museu Imperial, com o fim de recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artístico referentes a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II, realizar pesquisas, conferências e publicações sobre os assuntos da história nacional em geral, e colecionar e expor objetos que constituam documentos expressivos da formação histórica do Estado do Rio de Janeiro.

Outra facêta da personalidade de Milkau é a sua integração na terra que, "por um ato de vontade", elegera para o seu novo mundo. Ela se revela sob vários aspectos e, assim, não esquece o homem nem o meio; e é com simpatia que vê e reconhece as nossas qualidades:

"Os naturais da terra são expansivos e alvissareiros da felicidade de que nos parecem os portadores... Os que vieram de longe esqueceram as suas amarguras, estão tranqüilos e amáveis; não há grandes separações, o próprio chefe troca no lar o seu prestígio pela espontaneidade niveladora, que é o feliz gênio da nossa raça. Vendo-os, eu adivi-

nho o que é todo êste País: um recanto de bondade, de olvido e de paz" (págs. 119 e 120).

A natureza brasileira fascina-o e é com pena que vê o sacrifício de belíssimos exemplares de nossa flora:

"O agrimensor olhou a árvore.

— Faz pena, disse compassivo, botar tudo isso abaixo.

— Eu, por mim, acudiu Milkau, levado pelo mesmo sentimento, preferiria um lote onde não fôsse preciso êsse sacrifício" (página 126).

Aí e nos diálogos que se travam entre Milkau e Lentz temos o enunciado de um dos problemas mais importantes para a administração brasileira: a derrubada de nossas matas, procedimento criminoso que em quase todo o território nacional assinalou a marcha do homem civilizado para o interior. Felizmente, embora com enorme atraso, o Estado compreendeu a situação e através do Serviço Florestal procura corrigir o mal mediante adoção de medidas adequadas, quais sejam.

I — A proteção das florestas do País, sua guarda e conservação, de acôrdo com o Código Florestal;

II — O fomento da silvicultura; e

III — A organização dos parques nacionais, de reservas florestais e de florestas típicas.

Graca Aranha passa, ainda, em revista outros problemas, como sejam:

I — O desconhecimento de nossa língua nas colônias estrangeiras e até entre brasileiros ali nascidos ou criados;

II — A falta de assistência sanitária, profissional, cultural e econômico-social ao homem do interior, mormente ao trabalhador rural;

III — A intromissão indébita e insolente de elementos estrangeiros nos negócios públicos;

IV — A frouxidão moral de alguns servidores da justiça, que fazem dela objeto de mercância ou instrumento de perseguição.

Não esquece, também, o desajustamento profissional, evocado na pessoa de Felicíssimo, êsse simpático e contraditório cearense, que vamos encontrar às margens do Rio Doce, ou do rio Santa Maria, na tarefa árdua de demarcar os lotes destinados aos colonos. E' um desajustado na profissão que exerce e no ambiente em que vive. Como agrimensor, ressentido das lacunas de sua formação, ou melhor, de sua improvisação profissional. Sem o preparo necessário nem o aprendizado indispensável para o bom desempenho de sua profissão, não sabe sequer utilizar os instrumentos dela, o que o transforma, irrita e faz perdê a compostura para com os seus subordinados. E, como nordestino, é também um desadaptado entre colonos de outras raças e de outros costumes, que falam outra língua que não a dêle.

Poderíamos ir avante, mas acreditamos que os exemplos trazidos à baila bastam para provar que nesse magnífico livro, como em muitos outros, há esquecidos ótimos elementos para estudos de certos problemas de administração.